

OCUPAÇÃO SÃO JOÃO EM TRÊS LAGOAS-MS: RESISTÊNCIA E DESAFIOS COTIDIANOS ¹

Adriano Roberto Franquelino²

RESUMO: Este artigo analisa a Ocupação São João, localizada no bairro São João em Três Lagoas-MS, com foco nas práticas cotidianas de seus moradores e na luta pelo direito à moradia frente à exclusão promovida por políticas urbanas restritivas. A pesquisa adota metodologia qualitativa, com entrevistas e levantamento bibliográfico. O texto discute a formação da ocupação, a atuação do Movimento Luta Popular, os desafios relacionados à infraestrutura, aos preconceitos sociais e ao enfrentamento jurídico da Lei Municipal nº 3717/2020, que impede o acesso dos ocupantes ao cadastro habitacional. A análise revela que, apesar das vulnerabilidades, a ocupação se estrutura em torno da organização comunitária e da resistência coletiva, propondo alternativas de regularização fundiária. A Ocupação São João exemplifica as contradições da urbanização contemporânea e o papel ativo das populações marginalizadas na produção do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação São João; Cotidiano; Luta por moradia; Três Lagoas-MS.

SÃO JOÃO OCCUPATION IN TRÊS LAGOAS-MS: RESISTANCE AND EVERYDAY CHALLENGES

ABSTRACT: This article analyzes the São João Occupation, located in the São João neighborhood in Três Lagoas-MS, focusing on the daily practices of its residents and their struggle for the right to housing in the face of exclusion promoted by restrictive urban policies. The research adopts a qualitative methodology, including interviews and bibliographic review. The text discusses the formation of the occupation, the role of the Popular Struggle Movement, challenges related to infrastructure, social prejudice, and the legal confrontation of Municipal Law No. 3717/2020, which prevents occupants from accessing the housing registration system. The analysis reveals that, despite vulnerabilities, the occupation is structured around community organization and

¹ Este artigo resulta da pesquisa desenvolvida no doutorado, intitulada “Práticas espaciais e cotidiano dos moradores da Ocupação São João e dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas-MS, sob a lógica fragmentária”, defendida em 2025, sob orientação do Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo.

² Doutor em Geografia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - (UNESP), Presidente Prudente - São Paulo (SP). E-mail: adriano.franquelino@unesp.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2100-1809>.

collective resistance, proposing alternatives for land regularization. The São João Occupation exemplifies the contradictions of contemporary urbanization and the active role of marginalized populations in producing urban space.

KEYWORDS: São João Occupation; Daily life; Housing struggle; Três Lagoas-MS.

OCUPACIÓN SÃO JOÃO EN TRÊS LAGOAS-MS: RESISTENCIA Y DESAFÍOS COTIDIANOS

RESUMEN: Este artículo analiza la Ocupación São João, ubicada en el barrio São João en Três Lagoas-MS, con énfasis en las prácticas cotidianas de sus residentes y en la lucha por el derecho a la vivienda frente a la exclusión generada por políticas urbanas restrictivas. La investigación adopta una metodología cualitativa, con entrevistas y revisión bibliográfica. El texto discute la formación de la ocupación, el papel del Movimiento Lucha Popular, los desafíos relacionados con la infraestructura, los prejuicios sociales y el enfrentamiento jurídico con la Ley Municipal N° 3717/2020, que impide a los ocupantes acceder al registro habitacional del municipio. El análisis revela que, a pesar de las vulnerabilidades, la ocupación se organiza en torno a la acción comunitaria y la resistencia colectiva, proponiendo alternativas para la regularización del suelo. La Ocupación São João ejemplifica las contradicciones de la urbanización contemporánea y el papel activo de las poblaciones marginadas en la producción del espacio urbano.

PALABRAS CLAVE: Ocupación São João; Vida cotidiana; Lucha por la vivienda; Três Lagoas-MS.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a Ocupação São João na cidade de Três Lagoas/MS, atentando para as questões voltadas especialmente no que se refere à moradia, o cotidiano dos ocupantes e a lei municipal nº 3717/2020 que os impede de se inscreverem no cadastro habitacional da cidade. Três Lagoas, localizada na região Centro-Oeste é um polo industrial de Mato Grosso do Sul com grandes indústrias de celulose e papel como Suzano e Eldorado. Esse crescimento industrial impulsionou um aumento da população de 89.886 habitantes em 2005 para 125.137 em 2021. Muitos vieram em busca de trabalho, contribuindo para a economia local, mas também gerando novas demandas de moradia para as populações mais vulneráveis. A relevância deste estudo reside na análise das

implicações da legislação municipal e do cotidiano dos moradores da ocupação, elementos centrais do artigo.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, será apresentada a metodologia adotada na pesquisa, detalhando os procedimentos qualitativos utilizados. Na seção seguinte, abordaremos a formação da Ocupação São João, o perfil socioeconômico e as condições de vida dos moradores, as dinâmicas de apoio e resistência da comunidade, as dificuldades de infraestrutura e o enfrentamento do preconceito. Por fim, nas Considerações Finais, serão apresentadas as conclusões da análise, reafirmando a importância da luta por moradia e do reconhecimento do direito à cidade.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho são de natureza qualitativa. A pesquisa consistiu em duas etapas principais: a) levantamento e discussão bibliográfica, abrangendo artigos científicos, dissertações, notícias locais e documentos; e b) pesquisa de campo com a realização de entrevistas.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, orientadas por um roteiro prévio que permitiu a flexibilidade necessária para o surgimento de novos relatos durante o diálogo. O roteiro foi organizado em torno de eixos analíticos fundamentais: a trajetória de moradia anterior à ocupação, os motivos da inserção no movimento, a organização interna do espaço (divisão de lotes e reuniões), o cotidiano marcado pela precariedade de infraestrutura e as estratégias de resistência frente ao poder público.

Ao todo, participaram da pesquisa sete colaboradores, selecionados pelo critério de acessibilidade e protagonismo na luta local. Foram eles:

- Dois apoiadores: um professor universitário (José) e um advogado (Luan) que acompanham juridicamente e politicamente as famílias.
- Cinco moradores: indivíduos com diferentes históricos de origem e tempo de ocupação (Maria, Helena, Tatiane, Lara e Davi).

As entrevistas foram realizadas tanto de forma presencial quanto remota, por meio da plataforma Google Meet, sendo todas gravadas mediante autorização prévia dos participantes. O processo de transcrição foi realizado de forma literal, com o auxílio do software Microsoft Word (Microsoft 365), utilizando seus recursos de edição e revisão textual, preservando as marcas da oralidade e a fidedignidade dos relatos, sem qualquer tratamento analítico prévio que alterasse a essência das falas. Posteriormente, as informações foram organizadas em documentos digitais para subsidiar a análise qualitativa de conteúdo, confrontando as percepções dos sujeitos com os objetivos e as categorias analíticas da pesquisa.

ENTRE PRECARIIDADE E ORGANIZAÇÃO: O COTIDIANO DOS MORADORES DA OCUPAÇÃO SÃO JOÃO EXCLUÍDOS PELO ESTADO

135

Iniciamos o debate sobre o contexto histórico da Ocupação São João, apresentamos a entrevista do apoiador o professor universitário José. Seu relato fornece uma visão detalhada das dinâmicas da ocupação e a luta das famílias pela moradia digna em Três Lagoas. José expõe não apenas os desafios enfrentados pelos moradores, mas também a relevância de movimentos sociais e redes de solidariedade na busca por direitos fundamentais. Assim, quando questionado sobre como se deu a sua inserção na ocupação José descreve que:

Então, tenho acompanhado as famílias desde 2020. Na véspera da eleição do ano passado, em outubro no primeiro turno, umas das famílias ocuparam uma área no Jardim Vila Verde, parece que é o nome do bairro aqui em Três Lagoas. Só que, no mesmo dia chegou a polícia, a Prefeitura [...] tentando retirar essas famílias e essas famílias permaneceram. Houve um confronto, com a tentativa de

retirada mesmo sem ordem judicial, mas, no dia seguinte num domingo a Prefeitura voltou com a polícia com ordem de reintegração de posse. Foi muito rápido, então eles ficaram dois dias nessa área e tiveram que sair, só que logo em seguida, questão de semanas depois, eles ocuparam outra área no Jardim Flamboyant, na mesma região da primeira ocupação. E ali tinha umas 30 famílias de início e foram chegando mais, e desde a primeira ocupação do despejo nós fomos lá para conhecer a situação, fomos como professores da universidade (eu e minha esposa). Depois quando eles foram para essa outra área nós continuamos acompanhando indo regularmente, fazendo campanhas de solidariedade junto à Universidade e os sindicatos a população em geral né especialmente a partir das nossas da nossa categoria de professores. Então a gente começou a se aproximar dessas pessoas e vendo a necessidade de continuar nas campanhas de solidariedade permanente e também a gente aqui desde um bom tempo trabalhamos para a construção de um Movimento Luta Popular, que é um movimento nacional que luta nas periferias, por cultura e melhorias nos bairros e também luta por moradia. Tem ocupações em várias partes do Brasil. Aí nós apresentamos esse movimento para as famílias e desde então a gente tem uma parceria, construindo o Movimento Luta Popular junto à ocupação e ao mesmo tempo dando apoio a essas famílias. (José, Ocupação São João, 22/10/2021).

A Ocupação São João, conforme José, tem o apoio do Movimento de Luta Popular, que auxilia os moradores da ocupação. Isso favorece a visibilidade e garante apoio de lideranças experientes que orientam em relação às estratégias adequadas para a luta pelo direito à moradia e à cidade. Essa articulação entre moradores e militância pode ser compreendida através da perspectiva de Fernandes (2009), que define movimentos sociais com base territorial como movimentos socioespaciais. Para o autor, esses grupos não apenas ocupam o espaço, mas o transformam em um território de resistência política e social frente às lógicas de exclusão. É importante ressaltar que em seu sítio eletrônico, o Movimento de Luta Popula³, disponibiliza diversos materiais educativos, incluindo

³ Disponível em: <<https://www.lutapopular.net/>> Acesso em: 19 abr. 2022.

cartilhas que explicam como organizar uma luta no bairro, informações sobre regularização fundiária, a participação das mulheres na luta, entre outros tópicos relevantes, como questões de violência policial, revoluções, globalização e financeirização. Tais instrumentos de formação política dialogam com o pensamento de David Harvey (2014), ao reforçar que o direito à cidade é, fundamentalmente, um direito coletivo de mudar a nós mesmos mudando a cidade, exercendo um poder comum sobre os processos de urbanização. Também estão acessíveis teses, artigos e livros que servem como recursos valiosos para orientar as pessoas na organização de movimentos sociais e na luta pelo direito à moradia. Esses instrumentos de informação, funcionam como uma espécie de guia, auxiliando aqueles que desejam se envolver em ações coletivas e na busca por uma moradia digna.

A entrevista apresentada traz uma narrativa sobre o contexto da Ocupação São João e a luta por moradia em Três Lagoas. O relato descreve o envolvimento do apoiador José no acompanhamento de famílias que ocupam terrenos na cidade, enfrentando situações como reintegrações de posse realizadas sob mandados judiciais, muitas vezes acompanhadas de forte repressão estatal, incluindo o uso de força policial para desocupação. Além disso, o relato expõe o confronto com o Estado, mencionado na entrevista, mostrando a disputa entre os interesses públicos e os privados, que frequentemente refletem as demandas do mercado imobiliário e os interesses sociais das populações em busca de moradia.

A rápida resposta da Prefeitura Municipal e a intervenção policial sem ordem judicial, como demonstra a entrevista de José, evidenciam uma abordagem de segurança pública sobre a questão das ocupações, em detrimento de uma perspectiva que considere o direito à moradia como uma necessidade social. Este tratamento conflituoso e repressivo reforça as desigualdades, uma vez que, ao

invés de diálogo e negociação, as ocupações são vistas como uma ameaça à ordem pública, tornando o espaço urbano um lugar de controle estatal.

Conforme relata o entrevistado Luan:

A ocupação surgiu devido à falta de investimento em moradia social e à necessidade das famílias de encontrar uma solução para o aumento dos aluguéis, especialmente durante a pandemia. As famílias se viram sem opção além de ocupar terrenos e pressionar o poder público por moradia digna. A ocupação é uma consequência das políticas de habitação inadequadas e não uma perseguição ao prefeito, e atualmente abriga cerca de 90 famílias, totalizando cerca de 200 pessoas (Luan, Ocupação São João, 05/02/2024).

É interessante notar a evolução no número de famílias na Ocupação São João ao longo dos anos, conforme descrito pelos entrevistados. José, em sua resposta, aponta que, em 2020, havia cerca de “30 famílias”. Em 2021, esse número aumentou significativamente, e, ao ser questionado sobre a quantidade de famílias na ocupação, ele afirma: “Tem cadastrado aqui, pela organização do movimento... 180 famílias” (José, Ocupação São João, 22/10/2021). Já em 2024, outro apoiador, Luan, relata uma redução no número de famílias residentes, indicando que atualmente há “90 famílias” vivendo no local.

Essa variação no número de famílias pode estar relacionada a uma série de fatores, como mudanças nas condições socioeconômicas, políticas de regularização fundiária, sobretudo os desafios enfrentados pelos moradores para permanecerem no local. No entanto, como os entrevistados não explicaram os motivos específicos para essa flutuação, é possível apenas levantar hipóteses, como a possibilidade de despejos, realocações, ou a busca por melhores condições de vida em outros locais. A dinâmica da ocupação, portanto, reflete a complexidade das questões urbanas e habitacionais que impactam diretamente as comunidades envolvidas.

A Ocupação São João surgiu como uma resposta à falta de investimento em moradia social e ao aumento dos aluguéis, que se intensificou durante a pandemia de COVID-19. Esses fatores, somados às condições econômicas e sociais adversas enfrentadas pelas famílias de baixa renda, criaram um cenário em que a ocupação de terrenos se tornou uma das poucas alternativas viáveis para garantir o acesso à moradia. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, capazes de enfrentar as causas estruturais do *déficit* habitacional e garantir o direito à moradia para todos.

A Ocupação São João destaca-se como um estudo de caso que evidencia as falhas e contradições das políticas habitacionais no Brasil. Ela não é apenas consequência da insuficiência de moradias acessíveis, mas também da ineficácia dos programas habitacionais em atender às necessidades reais da população mais vulnerável. Nesse sentido, exemplifica a crítica de Bolaffi (1982) ao conceito de *déficit* habitacional, ao mostrar que o problema habitacional não se limita à ausência de unidades habitacionais, mas envolve, fundamentalmente, a desigualdade social como fator estruturante.

Assim, a Ocupação São João expõe as limitações das políticas públicas e reforça a necessidade de abordar a questão habitacional a partir de uma perspectiva mais ampla, que considere não apenas o número de moradias, mas também a distribuição desigual de recursos, oportunidades e direitos no espaço urbano.

Diante desse cenário, as famílias se viram sem opção além de ocupar terrenos e pressionar o poder público por moradia digna. Para entender melhor as motivações por trás dessa decisão, é importante ouvir as histórias das próprias moradoras. Maria e Helena, residentes da Ocupação São João, compartilharam suas experiências:

Foi a fome, porque eu pagava aluguel, água, luz. E nesse tempo eu não recebia o LOAS da minha irmã, que é especial. Então eu estava

passando por muita dificuldade só comendo arroz e feijão, ou era vir morar para cá, ou era pagar aluguel. Eu decidi vir para cá e entrei aqui na ocupação (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

O principal motivo foi que, quando eu vim para cá, eu ainda não estava casada, era solteira e não tinha emprego, estava desempregada. Não tinha como pagar o aluguel, então essa foi a solução. Vim morar aqui porque não tinha outra alternativa (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Esses relatos ilustram a realidade de vulnerabilidade enfrentada pelas famílias que se estabeleceram na Ocupação São João. A falta de opções e a necessidade de sobrevivência levaram essas mulheres a buscarem uma solução para manter suas famílias e enfrentar as adversidades do cotidiano.

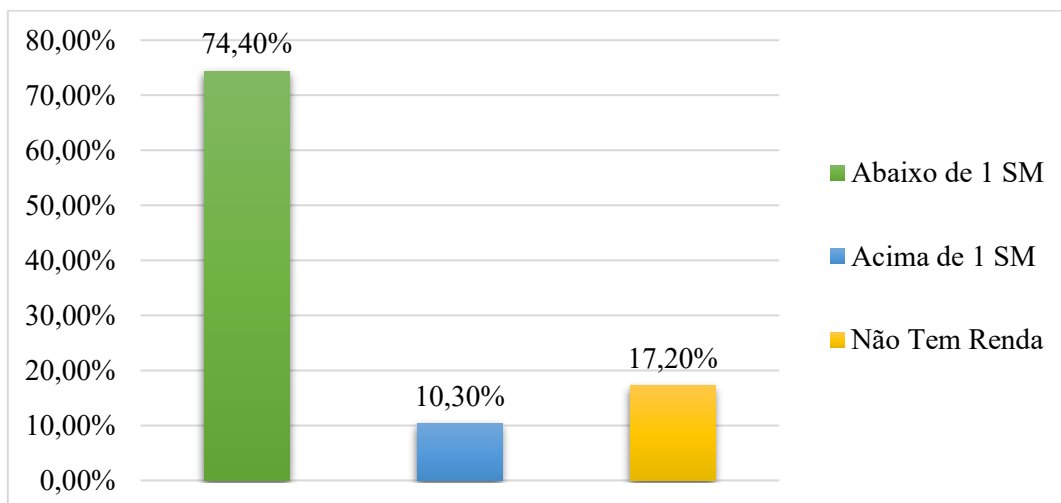
Os moradores relatam a falta de energia elétrica, água encanada e saneamento básico, tornando o cotidiano desafiador. As falas de Helena e Luana, ilustram essa realidade: “[...] era para a prefeitura, já que é um lugar precário, liberar e colocar energia no bairro, como aqui na ocupação [...]” e “[...] é complicado [...] já está sem luz aqui [...]”. Essa precariedade, aliada a limitada oferta de serviços no bairro São João, reforça a exclusão social e limita o acesso a oportunidades.

Neste contexto, a ocupação urbana surge como uma resposta às necessidades insatisfeitas pela lógica mercantil do capitalismo. Na ausência de acesso formal à moradia, populações marginalizadas recorrem à ocupação como uma forma de apropriação do espaço urbano, resistindo à lógica do lucro que domina a produção do espaço (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2014). Isso reflete a busca por soluções imediatas para garantir condições básicas de sobrevivência, como moradia e infraestrutura, em um cenário de exclusão e indiferença do sistema capitalista. As ocupações urbanas, portanto, podem ser entendidas como práticas de mobilização social e resistência, nas quais as populações excluídas

reivindicam o direito ao uso do espaço para atender às suas necessidades mais urgentes.

Outra questão importante é o desemprego, apontado por Helena (Ocupação São João, 05/02/2024) como um dos motivos que levaram à sua inserção na ocupação “eu vim para cá, eu ainda não estava casada, era solteira e não tinha emprego, estava desempregada”. Como revela Movimento Luta Popular et al. (2021, p. 7) é “um pesadelo real” “[...] muitos vivem do trabalho informal, como catador de material reciclável, bicos de servente de pedreiro, diarista”. Ressalta, o mesmo autor, que no ano de 2020 o perfil socioeconômico das pessoas que residem na Ocupação São João, é que 74,40% têm renda abaixo de 1 salário-mínimo (Gráfico 1), o que demonstra que sua maioria está em situação frágil (Movimento Luta Popular et al.,2021).

Gráfico 1 - Renda das famílias da Ocupação São João, 2021.



Fonte: Adaptado de Movimento Luta Popular et al., 2021.

Os dados socioeconômicos dos moradores, incluindo a renda familiar (Gráfico 1) e as dificuldades de acesso à moradia formal, evidenciam como a lógica de mercado restringe as opções habitacionais para a população de baixa renda. A ênfase na “habitação social de mercado”, conforme apontado por Shimbo (2010), prioriza o lucro das empresas construtoras e do mercado imobiliário em

detrimento das necessidades sociais. Essa lógica, presente em programas habitacionais como o PMCMV, contribui diretamente para a formação de ocupações como a São João (Rolnik, 2015; Bonduki, 2009).

Além disso, a diversidade dos locais de origem dos moradores, conforme demonstrado no Quadro 1, revela uma dinâmica migratória intra e inter urbanas complexa. Fatores econômicos, sociais e a ausência de políticas habitacionais efetivas interagem, gerando uma demanda por ocupações como solução habitacional para grupos vulneráveis. Imigrantes internacionais, migrantes internos (seja de outras regiões do estado ou de estados vizinhos) e moradores locais enfrentam desafios semelhantes no acesso à habitação formal. Essa situação evidencia uma falha estrutural na oferta de moradia adequada para diferentes grupos populacionais, reforçando a necessidade de políticas públicas que contemplem a diversidade e as demandas reais dessas populações.

Quadro 1 - Cidade, estado ou país de onde os moradores vieram.

Moradores(as)	Cidade, estado ou país de onde veio?
Maria	Bolívia
Lara	Três Lagoas-MS
Luana	Gabriel Monteiro -SP
Davi	Três Lagoas-MS
Helena	Campo Grande -MS
Tatiana	Três Lagoas-MS

Fonte e elaboração: Franquelino, 2024.

José também nos conta que a maioria dos moradores é de Três Lagoas mesmo, mas que alguns são de outra cidade e até de outro país, “Muitos moravam aqui [...] em Três Lagoas mesmo [...] alguns [...] são [...] do estado de São Paulo são imigrantes haitianos também [...]”. O Quadro 1 evidencia a presença de uma moradora boliviana na ocupação. Quando questionada sobre os motivos que a levaram a se mudar para Três Lagoas, ela respondeu “[...] É por causa da saúde,

aqui é melhor do que na Bolívia, lá não tem, aqui é tudo gratuito, na Bolívia tem que pagar. Também foi por causa da minha irmãzinha, que é especial, ela fica na APAE, e na Bolívia não tem esse atendimento”.

O relato acima ilustra a busca por melhores condições de vida e acesso a serviços básicos, como saúde e educação especializada, que muitas vezes são escassos ou inexistentes em outras regiões. A menção à APAE destaca a importância de instituições inclusivas e de suporte para famílias que enfrentam desafios relacionados à acessibilidade e atendimento especializado. O caso da moradora boliviana também evidencia como os serviços públicos desempenham um papel crucial na atração de novos moradores para determinados locais, particularmente para aqueles que enfrentam condições precárias em suas cidades ou países de origem.

A comunidade residente na Ocupação São João é diversa e plural (Movimento Luta Popular, et al., 2021), refletindo uma mistura de pessoas com diferentes experiências de vida e históricos familiares. Ao indagarmos José sobre a origem das famílias que compõem a Ocupação, ele nos revela que:

A maior parte morava aqui em Três Lagoas mesmo, muitos aqui do bairro mesmo, São João. Moravam no bairro lá que eu falei para você, é Vila Verde, que foi a primeira ocupação, muitos vem de lá, e alguns outros, que também já moravam aqui, mas que são imigrantes do estado de São Paulo. São migrantes haitianos também, tem famílias haitianas, tem alguns imigrantes que vêm aqui de regiões próximas do Mato Grosso do Sul. A última família mesmo que chegou é de Água Clara (José, Ocupação São João, 22/10/2021).

Luan, outro entrevistado, complementa:

Olha, pelo que conversei com alguns moradores, alguns conseguem precisar os bairros de onde vieram, mas em geral são das periferias. Podemos observar que muitos são de outros estados, como Maranhão e outras regiões do Nordeste. Além disso, há também estrangeiros, como haitianos e venezuelanos que estão lá. Não tenho certeza se ainda estão presentes. Enfim, são pessoas

de vários locais da cidade e de diversas regiões do Brasil, incluindo São Paulo (Luan, Ocupação São João, 05/02/2024).

De acordo com matéria do JPNEWS (2022), aproximadamente 450 imigrantes⁴ vieram para Três Lagoas em 2021, em sua maioria haitianos e venezuelanos, atraídos pelas oportunidades de emprego decorrentes do processo de industrialização previamente mencionado. Embora tenham buscado melhores condições de vida, esses imigrantes enfrentam obstáculos como o desemprego e a falta de moradia na cidade.

Durante os contatos prévios estabelecidos por mensagens via celular, a moradora Tatiane já nos revelou as dificuldades de seu cotidiano. Ela relatou que estava reconstruindo seu barraco (Figura 1), junto com outros moradores da Ocupação, pois devido à chuva intensa e o vento forte que ocorreu em 2021, quase todas as moradias provisórias foram derrubadas.

Figura 1 - Barracos da Ocupação São João em Três Lagoas-MS.



Fonte: Franquelino, 2021.

Na entrevista com Tatiane foi indagado como ela soube da ocupação, quanto tempo está na ocupação, quais razões a levaram a se estabelecer na ocupação e como foi feita a escolha do terreno.

⁴ Sobre essa informação, ver em: <<https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/mais-de-400-estrangeiros-desembarcam-em-tres-lagoas-em-busca-de/159637/>>

Eu soube pelas reportagens que saiu, assim, que a gente viu a reportagem, já fomos direto... conversamos com várias pessoas lá, eles vieram explicaram como que era tudo certinho, a gente fez os barracos provisórios e agora, teve a separação dos lotes, certinho para cada um. [...] Desde junho deste ano mesmo de 2021. [...] Um dos maiores motivos... assim, eu moro de favor na casa da minha mãe, na casa dos meus pais, então a gente procurou.... É um sonho, de obter a casa própria, para ter uma moradia, para criar os nossos filhos, com o máximo de dignidade. [...] Foi a nossa representante, os nossos representantes que fizeram (Tatiane, Ocupação São João, 12/10/2021).

Tatiane destaca os desafios enfrentados pelas famílias de baixa renda na busca por moradia digna, bem como a importância da organização comunitária e da mobilização social na luta por direitos habitacionais. Outro ponto em destaque na fala da entrevistada é que ela vem de coabitação familiar (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021) um dos componentes do *déficit* habitacional que afeta as famílias de baixa renda. Essa situação, caracterizada pelo compartilhamento de um mesmo espaço por diversas famílias ao longo de gerações, muitas vezes em condições precárias e inadequadas, gera diversos impactos negativos na vida das pessoas.

Desse modo, Tatiana relata como é morar na casa de seus pais: "...é complicado, porque você não tem privacidade, é tudo junto e misturado, você sente que não tem o controle sobre a sua casa, tenho uma sensação de estar em um lugar apertado, sem a liberdade de se organizar do jeito que eu gostaria". Com tantas pessoas no mesmo espaço, os conflitos também surgem com mais frequência, seja por pequenas questões do dia a dia ou pela falta de um espaço pessoal. Isso afeta muito o bem-estar de todos, especialmente quando não há perspectiva de poder sair e ter um lugar só seu.

Um dos principais motivos que levaram Tatiane e sua família a se estabelecerem na ocupação foi a busca pela casa própria e por uma moradia digna para criar seus filhos – aspiração comum entre famílias de baixa renda que

enfrentam dificuldades de acesso à moradia formal. Conforme Maricato (2014), o *déficit* habitacional no Brasil reflete a incapacidade do Estado em promover políticas públicas que garantam o acesso à moradia digna, levando populações vulneráveis a ocuparem espaços como estratégia de sobrevivência. Esse relato não apenas evidencia as condições precárias do *déficit* habitacional, mas também demonstra como a ocupação de terrenos surge como prática de apropriação do espaço por aqueles excluídos do mercado formal de habitação.

A Ocupação São João está localizada no bairro São João (Mapa 1), a sudeste de Três Lagoas, em uma área classificada como ZEIS 3 (Mapa 3) - zona que, apesar da designação, carecia de implementação de políticas habitacionais efetivas. A precariedade da infraestrutura básica (sem energia elétrica formal, água encanada ou saneamento), aspecto central da vivência dos moradores, contrasta com a organização interna da comunidade, que demarcou ruas e lotes. Como relata Tatiana (Ocupação São João, 12/10/2021): “Foi nossos representantes e nós mesmos que fizemos” a separação dos lotes. Essa condição contribui para o isolamento social e a limitação de acesso a serviços essenciais como saúde, educação e transporte público de qualidade. A auto-organização, embora essencial para a sobrevivência do grupo, evidencia simultaneamente a falha do Estado em prover infraestrutura e planejamento - relegando tais responsabilidades aos próprios moradores.

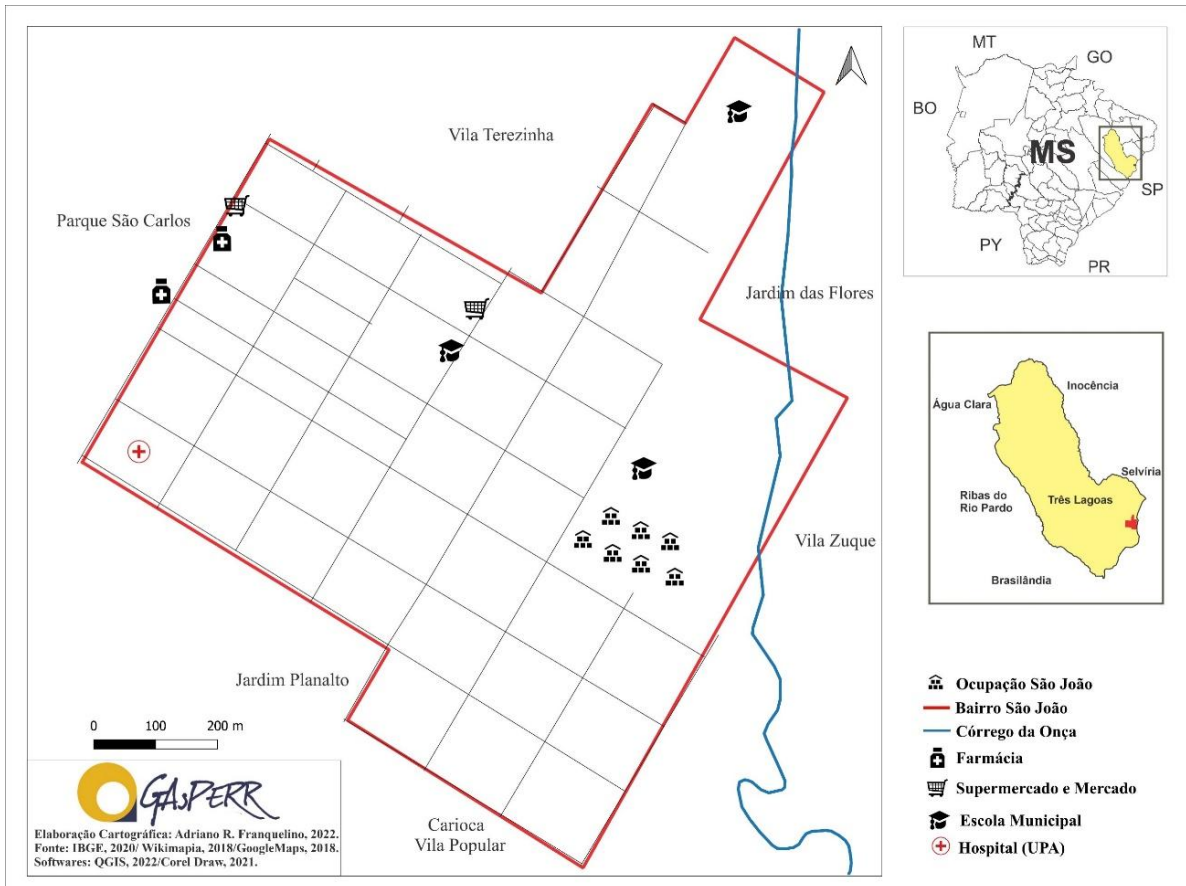
Mapa 1 - Mapa de Três Lagoas-MS, do bairro São João e da Ocupação São João: destaque para a distância até o centro de 3,9 km.



Fonte: Prefeitura Municipal, 2022. Elaboração: FRANQUELINO, A. R., 2022.

No entanto, é relevante mencionar que no bairro São João estão presentes alguns serviços e equipamentos públicos e privados. Há duas escolas municipais e uma escola infantil municipal (estava em construção no final do ano 2021 quando foi realizada a primeira entrevista e inaugurada em 2023), uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), duas farmácias, um supermercado e um mercado (Mapa 2). Todos esses estabelecimentos são importantes para os moradores, já que a distância até o centro principal, é de 3,9 km (Mapa 1), onde estão concentrados os principais serviços públicos e privados, além das atividades comerciais como: bancos, lotéricas, lojas de roupas, de calçados, de eletrodomésticos, farmácias, Prefeitura Municipal, entre outros.

Mapa 2 - Bairro São João (Três Lagoas – MS), Ocupação São João: equipamentos urbanos, comércio e serviços.



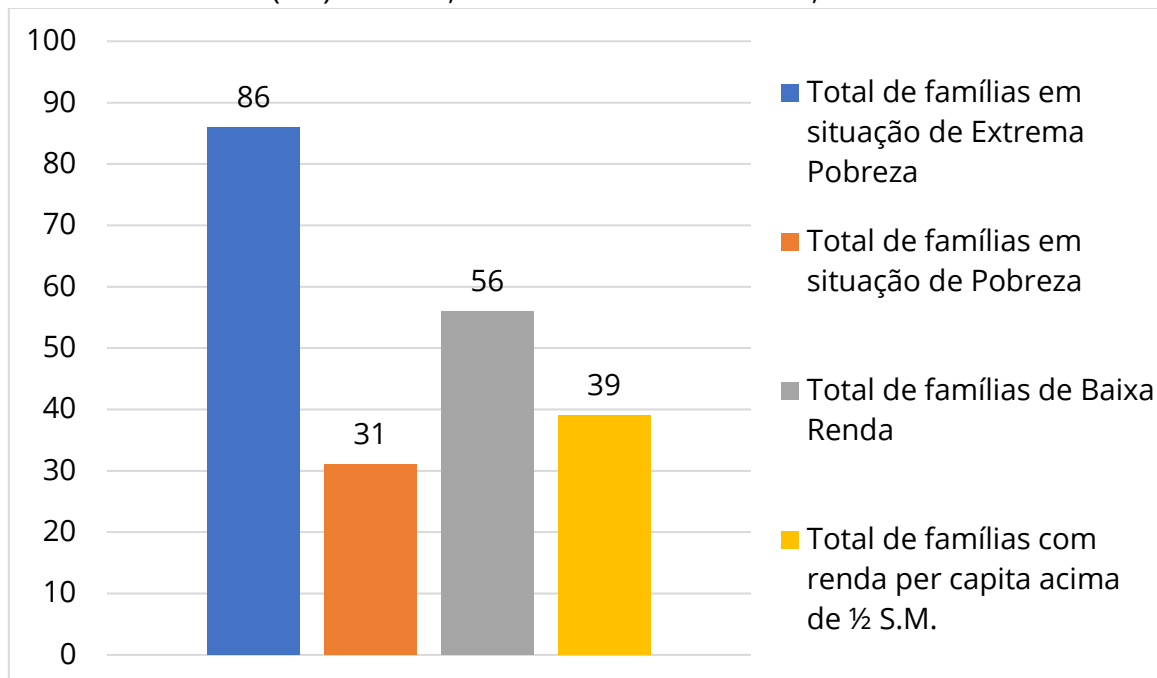
Fonte: Google Earth, 2022. Elaboração: FRANQUELINO, A. R., 2022.

No bairro São João (Mapa 2) de acordo com IBGE (2024) tem aproximadamente 2166 pessoas, além disso os moradores enfrentam um alto índice de pobreza, como evidenciado no Gráfico 2, que apresenta o perfil socioeconômico dos residentes do bairro São João cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único)⁵. É importante destacar que os moradores da Ocupação São João, localizada no bairro, também estão incluídos nesse cadastro, uma vez que o CadÚnico é o principal instrumento de identificação e caracterização

⁵ As informações a respeito do Cadastro Único, é um registro usado pelo governo brasileiro para identificar e caracterizar as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ele é usado para a seleção de beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família. Esses dados foram retirados do Mapa de Estratégia para Políticas de Cidadania (MOPS). Ver mais em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=500830>

socioeconômica das famílias de baixa renda no Brasil. A inclusão no CadÚnico permite que essas famílias tenham acesso a programas sociais, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, além de serem consideradas em políticas públicas de habitação e assistência social. Ao analisar os dados apresentados no Gráfico 2 referentes às famílias em situação de extrema pobreza e famílias em situação de pobreza, podemos observar que o primeiro grupo totaliza 86 famílias vivendo em condições de extrema pobreza. Essas famílias não possuem recursos suficientes para suprir suas necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação. Já o segundo grupo, composto por 31 famílias, também enfrenta dificuldades financeiras, embora se encontrem em uma situação levemente mais favorável do que as famílias em extrema pobreza. São 56 famílias com baixa renda e 39 famílias com renda per capita de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, o que é insuficiente para garantir um padrão de vida adequado.

Gráfico 2 - Perfil socioeconômico dos moradores do Bairro São João em Três Lagoas (MS) de 2019, cadastrados no CadÚnico, 2022.



Fonte: Ministério da Cidadania, SAGI, Cadastro Único, 2022.

Elaboração: Franquelino, 2022.

As percepções dos moradores da ocupação em relação ao bairro destacam tanto as dificuldades enfrentadas quanto os aspectos positivos da convivência. Maria e Helena moradoras da Ocupação São João, descrevem que:

O bairro em si, falo da minha parte, é complicado, porque não tem muitas pessoas boas, tem que ter muito cuidado, você não pode deixar a casa aberta, a gente que tem um barraco de lona que qualquer pessoa pode entrar. A gente tem medo de ser furtada também (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

Como todo bairro tem seus problemas, como qualquer outro. Enfrentamos questões como criminalidade e falta de infraestrutura, mas estamos lidando com isso da melhor forma possível (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Essas falas evidenciam relações socioespaciais que estruturam o cotidiano dos moradores e revelam como percepções externas impactam sua vivência. Quando questionada sobre a visão de outras pessoas sobre a ocupação. Maria descreve que:

Ah, acham, que bairro é um pouco perigoso é o lugar que eu já também escutava várias vezes quando eu morava em outro lugar que o São João é o pior bairro para morar. Aqui da ocupação o pessoal fala que somos desocupados. Muitos falam, porque eu escuto por aí, que somos desocupados, que não queremos trabalhar, que é por isso que ficam invadindo área pública, mas eles não sabem, a nossa realidade, só nos sabemos o que se a gente passa aqui (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

Helena complementa, apontando o preconceito enfrentado no cotidiano:

Tem muita gente que tem preconceito com a ocupação. Isso surge principalmente quando alguém menciona que mora aqui ou está procurando emprego e diz: "Ah, eu moro na ocupação São João". Aí a pessoa pergunta, "Como? Vocês moram lá?" É uma coisa assim que a gente enfrenta. Já mudam até o olhar. Principalmente se... Aí, sei lá o que eles pensam da ocupação. Acham que aqui só tem... sei lá o quê. Mas aqui tem famílias, pais de família, mães de família que trabalham, pessoas que estão correndo atrás tentando ter uma casa para morar (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Esses relatos revelam a luta dos moradores contra esses preconceitos e demonstram como a ocupação é composta por indivíduos que buscam, acima de tudo, dignidade e melhores condições de vida. Apesar das dificuldades, os moradores também valorizam os laços comunitários formados na ocupação. Maria destaca a importância da convivência e solidariedade entre os vizinhos:

Para mim, de certa forma, a relação, porque eu não tinha nenhuma relação com nenhum vizinho onde eu morava. Já aqui, parecemos uma família; nós nos ajudamos e cuidamos uns dos outros. Temos aquele convívio que nunca tivemos com outras pessoas em outros bairros (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

Entretanto, os desafios de segurança são constantes, como mencionado por Lara (Ocupação São João, 05/02/2024) quando questionada sobre os pontos negativos do bairro ela diz que são “as questões de segurança, principalmente as bocas de fumo”. Nessa perspectiva, Maria moradora corrobora e descreve que:

É, não sei, se posso falar, mas é o ponto de drogas, circulação de usuários de drogas passando aqui e gritando, nós ficamos com medo das nossas coisas, das nossas crianças. Mas temos que aguentar essa situação nossa, e não podemos fazer nada a não ser ficar quietos, pois nosso barraco é de lona (Maria, Ocupação São João, 05/02/2024).

151

A segurança é uma preocupação constante, com a presença de “bocas de fumo” e “circulação de usuários de drogas” como relatado pelas moradoras. Isso gera medo e insegurança entre os moradores. A infraestrutura do bairro também é uma fonte de preocupação. Segundo Helena (Ocupação São João, 05/02/2024) a infraestrutura é “precária”.

Luana (Ocupação São João, 05/02/2024) concorda e afirma que “acho precário, deveriam liberar e colocar energia no bairro, como aqui na ocupação, ali mesmo na rua está escuro e aqui na ocupação não vemos nada, já está sem luz aqui, é complicado”. As declarações de Helena e Luana enfatizam a falta de acesso à energia elétrica, uma questão crítica que impacta diretamente a qualidade de

vida e a segurança dos moradores. A ausência de fornecimento de energia elétrica tanto nas ruas do bairro como na ocupação, não só agrava a sensação de insegurança, mas também limita o desenvolvimento de atividades básicas, como iluminação das residências e acesso a eletrodomésticos essenciais. Essa carência da infraestrutura e a ausência de serviços básicos tornam o cotidiano ainda mais desafiador para os moradores da Ocupação São João.

Seguindo o roteiro previamente elaborado, algumas perguntas foram sobre a formação da Ocupação São João para o apoiador José, os moradores Davi, Tatiane, Helena e Lara: como foi feita a escolha do terreno, a separação dos lotes e sua organização, reuniões e a participação dos moradores. Os entrevistados nos deram as seguintes respostas:

A gente está desde o início aqui ... junho de 2021[...] é, a gente procurou informação, foi buscando aqui, ali, para ver quais eram os terrenos... Primeiro que tinha problema de impostos, que não está cumprindo sua função social e que tem problemas jurídicos, depois terrenos também públicos... que são ZEIS, Zona de Interesse Social, que essa daqui se encaixa nisso. Então, tem uma ocupação aqui próximo a um bairro ... os moradores dessa outra ocupação passaram a informação para nós. Daí a gente procurou na prefeitura... informações oficiais, isso que fez com que a gente enxergasse aqui uma possibilidade (José, Ocupação São João, 22/10/2021).

Marlene, o professor e nós. Eles viram muitas pessoas sofrendo sem ter onde morar pai, mãe, criança sem ter condições de pagar aluguel. [...] Aqui a pessoa tem que fazer por si próprio, tem que participar das manifestações e reuniões, para ajudar na luta por uma casa. [...] Foi a Marlene e o professor. [...] Semanalmente, eu participo, nós conversamos sobre nós, nossa organização e a moradia (Davi, Ocupação São João, 05/02/2024).

Ali a gente se organiza... cada um tendo o seu pedaço, então cada um cuida do seu... tem a reunião que é também para expor o que é preciso ser feito, a hora que precisa ser feito, que não é de qualquer jeito, a gente tem que ter organização. Ali mesmo a gente no início também teve [...] atearam fogo lá em alguns barracos, a

gente estava com uma escola pronta onde tinha os professores que vinham ajudar, então ficou um pouco mais difícil por conta de tudo isso. Só que a gente tenta da melhor forma ali, é manter a organização, tudo certinho. [...] Foi nossos representantes e nós mesmos que fizemos [...] participo, é semanalmente, tem uma reunião... onde a gente decide quando vai fazer uma caminhada, quando vai fazer um protesto, quando vai ajudar alguém ou construir um barracão de reunião, ou a cozinha coletiva, que lá tem, a gente discute todos esses assuntos (Tatiane, Ocupação São João, 12/10/2021).

Quem fez foi a Marlene e o professor [...] ah, a gente tenta unir as pessoas para fazer um movimento. Às vezes, é difícil, mas a maioria colabora. Às vezes, quando estamos sem recursos, precisamos juntar dois ou três para ajudar o pessoal da coordenação [...] semanalmente, eu participo, nós discutimos praticamente tudo como estão o andamento das coisas, todas as questões são abordadas. Por exemplo, se há algum progresso sobre a situação atual ou se surgiram problemas com algum morador, essas questões são discutidas durante as reuniões (Helena, Ocupação São João, 05/02/2024).

Foi a Marlene [...] nós nos reunimos, discutimos os problemas e tentamos achar uma solução [...] toda semana, eu participo de todas. A respeito de união nós temos que se reunir para fazer manifestações, sobre a limpeza dos terrenos, das ruas (Lara, Ocupação São João, 05/02/2024).

153

A participação dos moradores na Ocupação São João, conforme descrito pelos entrevistados, ocorre de forma coletiva, inclusive nas tomadas de decisões que irão definir os próximos passos, indicando que os moradores se organizam internamente, com divisão de lotes, construção de barracos provisórios, realização de reuniões semanais, aspectos que revelam a produção coletiva e organização daquele espaço ocupado. Uma das práticas coletivas nessa Ocupação envolve o apoio do movimento social Luta Popular, que auxilia na organização por meio de campanhas, debates junto à liderança e os moradores na sua luta cotidiana, conforme mencionado anteriormente.

Essa organização, relatada pelos entrevistados, reflete não apenas a busca por habitação, mas também a construção de uma comunidade que se sustenta pela solidariedade e pela cooperação mútua. A partir dos depoimentos, é possível perceber que a Ocupação São João se estrutura como um espaço de resistência e transformação social, no qual os moradores assumem protagonismo em suas ações e decisões, mas não sem conflitos. As tensões internas, decorrentes de divergências de interesses, disputas por representatividade ou dificuldades na tomada de decisões coletivas, demonstram que a construção de um espaço autogerido é complexa e dinâmica. Ainda assim, esses conflitos não anulam o potencial transformador da ocupação; ao contrário, revelam a vitalidade de um processo coletivo em constante negociação, onde as práticas de solidariedade se entrelaçam com os desafios da convivência e da organização política.

Esse contexto evidencia que a luta por moradia não se limita à conquista de um lugar físico para viver, mas envolve também a criação de redes de apoio, a articulação com movimentos sociais e a interlocução com o poder público, mesmo quando marcada por embates. Assim, a Ocupação São João materializa um modo de habitar que desafia as lógicas de exclusão urbana e aponta para outras possibilidades de viver e produzir a cidade.

A escolha do terreno e a distribuição dos lotes não se limitaram a critérios meramente geográficos ou legais, mas envolveram uma análise crítica do contexto social e jurídico, indicando a produção, passo a passo, de uma consciência coletiva dos moradores sobre a função social da propriedade. Esse processo reflete uma apropriação do espaço pautada pela luta por direitos básicos, como a moradia digna.

Além disso, as reuniões semanais desempenham um papel central na manutenção dessa organização. Elas se configuram como momentos de deliberação e planejamento das ações, sejam elas ligadas à infraestrutura da

ocupação, como a construção de espaços coletivos e limpeza do ambiente ou à mobilização externa, como protestos e caminhadas em busca de visibilidade e diálogo com o poder público.

A presença de lideranças, como apontado pelos entrevistados, também se destaca como um elemento facilitador do engajamento coletivo. Contudo, como apontado pelos entrevistados, a responsabilidade pela condução do processo é amplamente compartilhada, com todos os participantes contribuindo para a resolução dos desafios cotidianos, seja por meio de trabalho voluntário, manifestações ou apoio aos mais necessitados.

Três aspectos se destacam na resposta do apoiador José: “tem problemas jurídicos, não cumpre sua função social e sobre as Zonas de Interesse Social (ZEIS)⁶”. Tais termos indicam que existe uma legislação e por isso os critérios foram estratégicos na escolha do terreno da Ocupação São João. No que se refere a função social da propriedade, seja urbana ou rural, ela deve estar em consonância com os objetivos sociais de uma determinada cidade e prevista no Plano Diretor. A função social impõe limites ao direito de propriedade, para garantir que o exercício deste não seja prejudicial ao bem coletivo. Isso quer dizer que uma propriedade rural ou urbana não deve atender apenas aos interesses de seu proprietário, mas também ao da sociedade (Gomes; Moraes, 2019).

Um aspecto apontado pelo entrevistado é sobre a ZEIS, essa informação é fundamental para compreender o contexto em que a ocupação surgiu, já que as Zonas de Interesse Social (ZEIS) são áreas voltadas à implementação de políticas habitacionais para populações de baixa renda. No entanto, a ausência de ações

⁶ As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) surgiram na década de 1980, durante o período de redemocratização do Brasil. A sua origem está relacionada com as lutas populares por acesso à terra e reconhecimento dos direitos dos moradores de assentamentos informais. Elas são um instrumento de política urbana e habitacional que pode ser adotado pelos municípios brasileiros na elaboração dos seus Planos Diretores. A sua previsão está na Lei nº 10.257/2001, o Estatuto das Cidades. Para saber mais, ver em: <http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/vazios.pdf>.

concretas por parte do poder público para utilizar essa área de acordo com sua destinação levou à ocupação como uma solução emergencial para famílias sem acesso à moradia digna. Haja vista que é onde está a Ocupação São João, ou seja, em terreno destinada ao uso público e de interesse social, especialmente para a construção de moradias. De acordo com o Plano Diretor de Três Lagoas (2006, p.20) “As ZEIS são áreas destinadas prioritariamente à regularização fundiária, aos investimentos em urbanização e à produção de habitações destinadas à população de baixa renda”.

As ZEIS (Mapa 3) são um dos instrumentos urbanísticos importantes da política urbana, fundiária e habitacional, e estão incluídas no Estatuto da Cidade, com objetivo de garantir melhor qualidade de vida para aqueles que não têm uma moradia, acesso a equipamentos e serviços urbanos. No caso de Três Lagoas, há sete ZEIS e a Ocupação São João se encontra na ZEIS 3 (Mapa 3).

Conforme estabelecido no Plano Diretor (2010) do município, a ZEIS 1 (Mapa 3) encontra-se na porção sul da cidade, onde está localizado o conjunto habitacional Lírios. A ZEIS 2 (Mapa 3) está situada na região norte de Três Lagoas, onde se encontram os conjuntos habitacionais Hortênsias, Orquídeas I e II, Violetas I e II, Imperial, Vila Verde e Margaridas. É importante notar que a ZEIS 4 (Mapa 3) parece estar proporcionalmente menor e situada dentro da área delimitada pela ZEIS 3. Ambas as ZEIS (3 e 4) estão incluídas no mesmo bairro, o Jardim Brasília. Entre elas, há a presença de um córrego que serve como uma divisão natural, como evidenciado no mapa 6. A ZEIS 5 (Mapa 3), intitulada Parque Mangueiras, está localizada nos bairros Jardim Alvorada, Parque das Mangueiras e Jardim das Américas. Já a ZEIS 6 (Mapa 3), descrita como Vila Piloto, inclui o conjunto habitacional Vila Piloto. Por fim, a ZEIS 7 (Mapa 3), apresentada como Jupιά, está localizada no bairro Jupιά.

Mapa 3 - Zonas Especiais de Interesse Social em Três Lagoas-MS

Fonte: Prefeitura Municipal, 2022. **Elaboração:** Franquelino, 2022.

As ZEIS, instrumentos de política urbana que visam garantir o acesso à moradia em áreas estratégicas, nem sempre se mostram efetivas. A Ocupação São João, localizada na ZEIS 3 de Três Lagoas, demonstra a complexidade da questão e a necessidade de políticas públicas que vão além da simples delimitação de zonas. A falta de investimento em infraestrutura e a ausência de mecanismos eficazes de regularização fundiária tornam as ZEIS vulneráveis à ocupação informal, perpetuando a precariedade e a exclusão.

Apesar das atividades conjuntas e coletivas realizadas pelos moradores da Ocupação como descritas por Tatiana, eles ainda enfrentam várias dificuldades, como a carência de apoio político. Como descreve José “[...] não há nenhum político apoiando, como deputado, vereador não tem nenhum”.

Outros problemas como a escassez de alimento, ausência no fornecimento de energia elétrica e água são descritas por Tatiane como “[...] Um dos maiores problemas lá que a gente tem mesmo é a questão da água, da luz, e

de alguns é falta de alimentação”. Embora, possam parecer inicialmente questões sociais ou econômicas, eles também possuem uma dimensão espacial significativa. Essas dificuldades de acesso a serviços básicos revelam as precariedades e vulnerabilidades espaciais vivenciadas nessa ocupação urbana.

A escassez de água e energia, por exemplo, está diretamente ligada à localização da ocupação em espaços que não são formalmente regularizados e, por isso, muitas vezes são negligenciados pelas políticas públicas de infraestrutura urbana. Esses serviços básicos, que deveriam estar integrados ao espaço urbano, tornam-se barreiras concretas para a plena participação desses moradores na cidade.

Do mesmo modo, a falta de alimentos está conectada à exclusão espacial, uma vez que essas áreas frequentemente apresentam pouca ou nenhuma integração com mercados locais ou redes de abastecimento e consumo. Não se trata apenas da distância física até supermercados ou centros comerciais, mas de uma inserção urbana precária, marcada pela falta de infraestrutura, transporte público adequado e políticas de apoio ao consumo popular. Essa desconexão reforça a vulnerabilidade socioespacial ao limitar o acesso a recursos essenciais, agravando a condição de isolamento dessas populações.

Portanto, essas dificuldades vão além das carências materiais imediatas; elas são expressão das precariedades espaciais, mostrando como a precária inserção no espaço urbano formalizado tem impacto diretamente nas condições de vida dos moradores dessa ocupação.

Todos esses obstáculos dificultam a permanência dos moradores no local e a continuidade de sua luta. Essa situação é ainda mais desafiadora em uma sociedade onde as práticas sociais tendem a ser cada vez mais individualistas, especialmente na cidade contemporânea (Brenner, 2014; Amendola, 2000). Os membros da ocupação São João, enfrentam não apenas desafios externos, mas

também cria um contexto em que a solidariedade coletiva é enfraquecida, dificultando a organização comunitária necessária para sustentar a luta por moradia.

Por outro lado, o cotidiano dos moradores impõe desafios imediatos e constantes, como a insegurança gerada pela possibilidade de despejo, a falta de acesso a serviços básicos e a luta diária pela subsistência. Esses problemas cotidianos demandam soluções urgentes e individuais, o que pode minar o engajamento em ações coletivas.

Assim, tem-se uma pressão que não é exclusivamente social ou cotidiana, mas resultado de uma interação complexa entre as expectativas impostas pela sociedade individualista e as necessidades urgentes vivenciadas no cotidiano. Esse duplo peso torna a permanência no local e a continuidade da luta ainda mais desafiadoras, exigindo dos moradores resiliência e estratégias coletivas para superar essas adversidades.

Essa reflexão ressalta como a cultura individualista da sociedade contemporânea pode impactar a capacidade de resistência dos grupos coletivos que buscam promover mudanças sociais. A pressão para priorizar interesses individuais pode dificultar a solidariedade e a cooperação necessárias para enfrentar problemas comuns e manter a continuidade das lutas coletivas.

A interação complexa entre a pressão social e cotidiana e seu impacto na luta coletiva é exemplificada pelas falas de Tatiane e José. Ambos descrevem um cenário de resistência que demanda esforços contínuos para superar barreiras impostas tanto pelo poder público quanto pelas dinâmicas sociais mais amplas. Os relatos revelam as dificuldades de interlocução e diálogo com as autoridades, além da necessidade de ações organizadas, como interdição de vias, ocupação de órgãos públicos e coleta de assinaturas. Tatiane relata que:

A gente... teve as manifestações, os advogados eles estão à frente, para poder conversar, para poder dialogar com eles. Esses dias

mesmo, a gente foi na Câmara, tivemos lá a oportunidade de falar na Câmara de Vereadores aqui de Três Lagoas. Onde nossos representantes subiram para poder falar e esclarecer algumas coisas, para chamar mais atenção ainda, porque não tínhamos conseguido isso até então. É... querendo assim dizer, foi até uma vitória, porque sempre que chegávamos lá, era porta na cara, era desse jeito e aí a gente teve a oportunidade de dizer, de soar nossa voz (Tatiane, Ocupação São João, 12/10/2021).

José complementa:

[...] a gente já fez manifestação em frente à porta da prefeitura várias vezes, em frente à porta da Câmara.... Fizemos reunião com o prefeito, com o presidente da Câmara, usamos a tribuna da Câmara, mas, não é um movimento de ocupação, solicitamos por ofício, o uso na sessão da Câmara... As manifestações geralmente acontecem nas portas desses órgãos e abaixo assinado nós fizemos um online, coletamos também assinatura presencial na feira, deu mais de 400 assinaturas, muitos apoiadores é online, abaixo assinado online (José, Ocupação São João, 12/10/2021).

Esses relatos mostram que, apesar dos desafios cotidianos e institucionais, os moradores da Ocupação São João conseguem mobilizar recursos organizacionais e sociais para dar visibilidade às suas demandas. As dificuldades em estabelecer interlocução inicial com o poder público são superadas por meio de ações coordenadas que vão desde manifestações públicas até a formalização de pedidos e o uso de ferramentas digitais para engajar apoiadores.

A experiência evidencia como a luta coletiva depende da capacidade de articular esforços em múltiplas frentes, equilibrando a pressão cotidiana com estratégias que promovam a cooperação e fortaleçam a resistência. Esses esforços não apenas mantêm viva a luta pela permanência, mas também demonstram a força da organização comunitária em contextos adversos.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores da Ocupação em relação ao poder público destacam a importância da mobilização, representação política, ação coletiva e diálogo para efetuar mudanças. O relato da moradora Maria

(Ocupação São João, 04/02/2024) revela que “não existe diálogo, um pouco complicado falar com o prefeito ele, não quer conversa com a gente”.

Esse depoimento evidencia os embates e confrontos com o poder público municipal na luta pela permanência no lugar ocupado, demonstrando as tensões e disputas em torno da apropriação e uso daquele espaço urbano. Já em relação às manifestações, protestos, interdições e uso/ocupação de espaços públicos como a Câmara de Vereadores, conforme aponta o apoiador, representam práticas de reivindicação, sobretudo no que tange ao direito à moradia digna e à cidade pelos moradores da ocupação.

Além disso, medidas importantes foram tomadas para garantir a permanência dos moradores. Conforme descrito no grupo do *facebook* (Luta Popular - Três Lagoas)⁷ quando, em 24 de novembro de 2021, os advogados que representam as famílias da Ocupação São João entregaram ao presidente da Câmara de Municipal de Três Lagoas um projeto de Regularização Urbana da Ocupação São João, visando à implantação de lotes urbanizados para a permanência dos moradores no local.

No documento e como apontado por José, pedem a anulação e suspensão da Lei 3717 que impede pessoas de ocuparem áreas públicas, e que façam inscrição para participar do programa habitacional (PMCMV). Quando perguntou sobre esse cadastro, Helena relatou que:

Não fiz o cadastro porque não pode, porque saiu um decreto, uma lei aí que quem é da ocupação não vai ter direito ao cadastro das casas. Então é isso que a gente alega para o prefeito também, porque a gente não está aqui só porque quer, nós precisamos são pais, mães com crianças, muitos idosos, crianças doentes, cadeirante. Então estamos aqui porque precisamos mesmo, se a gente tivesse um lar para morar, se tivéssemos um lar para morar

⁷ Sobre o grupo, ver em: <https://www.facebook.com/groups/469948903166984>.

não estaríamos ocupando a área aqui (Helena, Ocupação São João, 04/02/2024).

A fala de Helena é reforçada por Tatiane que acrescenta “tem uma lei que fala que quem invade terra, não tem direito ao sistema habitacional da cidade, de qualquer outro lugar”. Essa é a Lei 3717⁸, de 24 de novembro de 2020, aprovada pelo Legislativo municipal, que prevê a suspensão, por 48 meses, do direito de integrar cadastros de programas habitacionais para aqueles que praticarem ou incentivarem atos de invasão, turbação ou esbulho de áreas públicas municipais. O prazo é contado a partir da data do ato considerado irregular. Durante esse período, os envolvidos ficam impedidos de acessar programas habitacionais ou obter moradias subsidiadas pelo município ou por qualquer outro ente público. Após o término da suspensão, o acesso poderá ser restabelecido, desde que os critérios legais sejam cumpridos.

Vale ressaltar que essa lei foi proposta e elaborada pela própria Prefeitura Municipal e aprovada na Câmara dos Vereadores. Essa iniciativa legal, porém, não se restringe a uma medida administrativa neutra. Pelo contrário, revela uma estratégia política de repressão às ocupações urbanas, como pode ser observado no conteúdo do seu artigo 1º, parágrafo único, que estabelece sanções àqueles que resistirem às ordens de reintegração de posse:

[...] a Lei ora aprovada, em seu art. 1º, no parágrafo único, há punição daqueles que de alguma forma opuserem resistência às reintegrações de posse. A referida lei atinge totalmente as famílias da ocupação São João, [...] pois, o cumprimento da referida Lei é requerida na petição inicial apresentada pelos Procuradores da

⁸ Sobre essa lei, ver no site da prefeitura de Três Lagoas: <https://www.treslagoas.ms.gov.br/areas-publicas-esta-em-vigor-lei-que-suspende-cadastro-de-invasores-de-areas-publicas-municipais-em-programas-habitacionais/> e no documento: <https://www.treslagoas.ms.gov.br/wp-content/uploads/Lei-n%C2%BA-3.717-2020-Suspens%C3%A3o-dos-invasores-de-%C3%A1reas-publicas-do-cadastro-imobili%C3%A1rio.pdf>.

Prefeitura na ação de Reintegração de Posse que tramita na Justiça (Bocato, 2023, p. 115).

Essa postura institucional expressa não apenas uma resposta à ocupação São João, mas também um entendimento mais amplo de responsabilização das famílias em situação de vulnerabilidade social. Conforme Bocato (2023), a justificativa apresentada pelo ex-prefeito Ângelo Guerreiro ao encaminhar essa proposta de Lei mencionada à Câmara Municipal expõe de forma clara a intenção punitiva contra os ocupantes, desconsiderando as falhas estruturais do próprio poder público:

Pela aprovação da Lei sob nº 3717/2020, em mensagem à Câmara de Vereadores, o Prefeito Ângelo Guerreiro apresentou como argumentos claros de punir os que ocupam áreas, sem considerar que, a inércia da gestão pública em providenciar moradias sociais ou políticas diminutas para amortizar os efeitos especulativos do preço da terra urbana municipal (Bocato, 2023, p. 115).

Além disso, essa legislação está inserida em um contexto mais amplo de flexibilização de critérios e de autonomia municipal que, sob o pretexto de organização administrativa, acaba por ferir os princípios constitucionais do direito à moradia. Como enfatiza Bocato (2023, p. 198):

A distopia nos critérios sociais de seleção das famílias que possibilita aos Estados e Municípios autonomia para criarem regras de seleção, dão autonomia dos gestores públicos criarem regras que atingem negativamente a Carta Constitucional de 1988, pois, ao criarem regras com pretexto de inibir ocupações, tal como a Lei Municipal 3717/2020 de Três Lagoas, tendem a agravar o problema social da falta acesso ao direito à moradia, pois, ao privar ou suspender famílias carentes do cadastro habitacional por ocuparem áreas públicas, na verdade cria um alongamento da crise habitacional para estas famílias [...].

Diante da ameaça representada pela legislação, as famílias da ocupação São João mobilizaram-se coletivamente e buscaram apoio institucional para contestá-la judicialmente. A articulação política e jurídica resultou na proposição

de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), conforme detalhado por Bocato e Nardoque (2024, p. 90):

[...] buscaram entidades competentes para viabilizar a propositura de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para fins de cassar a eficácia da Lei Municipal 3717/2020, pois, conforme, a Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul traz em seu art. 123, inciso V6 que os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa possuem legitimidade para propor a ADI, e diante de diálogos e articulações, os moradores tiveram êxito para que o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores fosse autor da ADI no TJMS, protocolada em 3 de fevereiro de 2022, sob nº 1401088-15.2022.8.12.0000, e a ação até então teve o pedido de suspensão cautelar da lei indeferido pelos desembargadores, e no julgamento do mérito foi julgado improcedente por unanimidade pelo órgão especial do TJMS, face a decisão os advogados protocolaram Recurso Extraordinário e que foi inadmitido pelo Vice Presidente do TJMS e diante disso foi protocolado um recurso denominado Agravo em Recurso Extraordinário que foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e o mesmo foi distribuído para o Ministro Nunes Marques, e está aguardando julgamento.

Contraditoriamente, em meio a tantos obstáculos, no período da pandemia em 2021, proporcionou uma oportunidade, quando o Supremo Tribunal Federal, através da Lei 14.216/2021⁹ (estendida até 31/03/2022), suspendeu os despejos e desocupações. Como resultado e de acordo com um entrevistado:

Então ... um fato relevante que deu uma garantia uma tranquilidade, uma segurança maior foi a decisão do STF da Rosa Weber, numa petição nossa, dos advogados nossos, de que reconheceu, eu não sei se é o termo, mas que reconheceu que a prefeitura não poderia impor a reintegração de posse, não poderia ter a reintegração de posse, num contexto em que a gente vive de pandemia de crise sanitária, e só pode haver a reintegração de posse caso a prefeitura ofereça uma saída digna para essas famílias que na nossa compreensão é a moradia ou o que eles pedem aqui também a reivindicação que é o lote urbanizado para

⁹ As informações estão disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14216.htm>. Acesso em: 03 abr. de 2023.

construção em forma de mutirão. Só que a prefeitura não apresenta esse plano então isso deu uma garantia de permanência. Esse foi uma vitória significativa porque foi uma decisão do STF e não tem como a prefeitura contestar. Outras também e nós conseguimos espaço na Câmara, fizemos algumas reuniões com os Vereadores, usamos a Tribuna numa sessão, teve reuniões com o prefeito só que depois ele fechou as portas... É essa coisa da organização, do cotidiano das pessoas tomando as rédeas da sua própria vida, acho que são pontos marcantes e importantes, é o que está garantindo a permanência deles (José, Ocupação São João, 12/10/2021).

Desse modo, os moradores da ocupação junto com seus advogados, conseguiram a aprovação de uma petição que impedia a Prefeitura Municipal de realizar o despejo, estabelecendo que só poderia haver a reintegração de posse, caso uma saída digna fosse oferecida. No entanto, essa medida não é uma solução permanente, uma vez que o agravamento das carências já existentes não foi enfrentado. Ainda existem embates para a permanência deles no lugar. Mesmo assim, os moradores e advogados estão aguardando uma resposta da Câmara e da Prefeitura de Três Lagoas-MS se vão ou não aprovar o projeto de Regularização Urbana da Ocupação São João. Nesse ponto, José enfatiza:

[...] a gente está tentando fazer um projeto de REURB que é de urbanização e reconhecer... apresentar um projeto na prefeitura, para que ela reconheça isso daqui como um bairro e implemente aqui infraestrutura. O ideal seria não sair daqui. Para isso, a gente tem contado com professores da Geografia da UFMS para fazer o mapeamento, fazer essa planta para gente poder apresentar o projeto junto à prefeitura (José, Ocupação São João, 22/10/2021).

O documento (Regularização Urbana da Ocupação São João)¹⁰ foi elaborado em colaboração entre professores da Universidade Federal de Mato

¹⁰ O documento, Plano de Regularização Urbana da Ocupação São João (2021), está fundamentado em leis federal, aqui destacamos uma, a lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a REURB é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Disponível em:

Grosso do Sul, advogados e os moradores da Ocupação. Tal instrumento baseia-se em estratégias legislativas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Nele, conforme apontando por Movimento Luta Popular et al. (2021), é função do município executar uma política urbana que garante o direito à moradia para os residentes da Ocupação São João.

Os moradores da comunidade Ocupação São João têm direito coletivo à regularização fundiária, responsabilidade do município no exercício do seu papel constitucional de executor da política urbana (art. 182, da CF¹¹) e para garantia do exercício pleno do direito à moradia e à regularização fundiária de acordo tanto com as normas internacionais das quais o Brasil é signatário, como também das normas constitucionais infraconstitucionais, em especial o Estatuto da Cidade, a Lei Federal 13.465/17¹², e as leis do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Três lagoas (MOVIMENTO LUTA POPULAR et al., 2021, p.18).

Essas estratégias não se limitam apenas em ocupar um espaço público, como também lutar pelo direito à moradia e ao mesmo tempo a cidade. Como colocado por Movimento Luta Popular et.al., (2021, p.3) é preciso “[...] repensar o urbano a partir da dinâmica das populações periféricas não atendidas pelo poder público, mas que constroem territórios de produção da vida [...]”. Nesse sentido, esse projeto de Regularização Urbana da Ocupação São João desempenha um papel fundamental no auxílio para os moradores da ocupação, tendo como objetivo garantir o direito à moradia e integrar essas comunidades periféricas ao

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/cartilha_reurb.pdf

¹¹ A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657746/artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988>

¹² Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm.

tecido urbano de forma digna e adequada. Além de proporcionar segurança jurídica aos moradores, abre caminho para a implementação de infraestrutura, serviços públicos e oportunidades anteriormente inacessíveis. Por meio desse processo, as populações periféricas podem finalmente receber o reconhecimento e os recursos necessários para construir uma vida melhor e contribuir significativamente para o desenvolvimento da cidade. Com a regularização, os moradores podem investir em melhorias em suas moradias e no entorno, fortalecendo o tecido urbano e promovendo a coesão social. O acesso a infraestrutura e serviços públicos, como água, saneamento, energia e transporte, melhora suas condições de vida e amplia sua participação na economia local, seja como trabalhadores, pequenos empreendedores ou consumidores. Essa integração reduz desigualdades, fortalece o senso de pertencimento e transforma essas comunidades em agentes ativos no processo de desenvolvimento urbano.

A regularização urbana não é apenas um passo em direção à moradia adequada, mas também um caminho para construir uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável. Ela reforça a importância de políticas públicas que reconheçam o potencial das populações periféricas e as incluam de forma participativa na vida urbana.

O cotidiano dos moradores da Ocupação São João demonstra uma luta diária por dignidade e condições de vida adequadas em um contexto de exclusão social e econômica. As narrativas de resistência e os esforços comunitários evidenciam como essas famílias enfrentam os desafios de viver em uma área com infraestrutura precária e sob a constante ameaça de despejo. O apoio mútuo entre os residentes, somado à colaboração com profissionais como professores e advogados, reforça a importância da solidariedade e da organização social na busca por soluções concretas.

A precariedade da infraestrutura, a localização periférica e a repressão estatal enfrentada pelos moradores da Ocupação São João revelam um espaço urbano desarticulado. Nesse cenário, a ausência de políticas públicas integradoras força a comunidade a depender de estratégias de resistência, como a organização comunitária e o apoio de movimentos sociais, o que reflete e reproduz desigualdades socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Ocupação São João evidencia como a moradia precária, a exclusão institucionalizada e a ausência de políticas públicas integradas resultam em profundas desigualdades socioespaciais. O cotidiano dos moradores revela não apenas carências materiais, mas também resistência, organização comunitária e busca por justiça urbana. A luta dessas famílias vai além da simples permanência no local: representa a reivindicação de um direito coletivo à cidade.

O caso estudado aponta para a urgência de políticas urbanas participativas, capazes de reconhecer e integrar as práticas sociais das populações marginalizadas. Ao resistirem ao despejo e buscarem a regularização fundiária por meio de propostas como o REURB, os moradores da Ocupação São João mostram que a cidade também pode ser produzida “de baixo para cima”, por meio da ação coletiva. O trabalho contribui para repensar as formas de apropriação do espaço urbano e reforça a centralidade da moradia como um direito fundamental em uma sociedade democrática.

Nesse contexto, a Lei Municipal 3717/2020 de Três Lagoas se destaca como um instrumento de repressão que impede o acesso das famílias da ocupação a programas habitacionais, aprofundando a crise habitacional. Tal legislação, proposta pela própria Prefeitura Municipal, revela uma postura institucional que desconsidera as falhas estruturais do poder público na provisão

de moradias sociais. A mobilização dos moradores e a proposição de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) ilustram a persistência na busca por seus direitos, mesmo diante de obstáculos jurídicos e institucionais (Bocato, 2024).

A precariedade da infraestrutura, a localização periférica e a repressão estatal enfrentada pelos moradores da Ocupação São João demonstram um espaço urbano desarticulado, onde a ausência de políticas públicas integradoras força a comunidade a depender de estratégias de resistência, como a organização comunitária e o apoio de movimentos sociais. A luta por moradia digna na Ocupação São João é um exemplo claro de como a organização coletiva e a busca por direitos fundamentais se manifestam em um cenário de exclusão socioespacial, desafiando a lógica do lucro que domina a produção do espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMENDOLA, Giandomenico. **La ciudad postmoderna**. Madri: Celeste, 2000, p. 19-97.

BOCATO, Lucas Alexandre de Moura; NARDOQUE, Sedeval. A RESISTÊNCIA JURÍDICA NA LUTA PELO DIREITO SOCIAL À MORADIA NO JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL - UM BREVE RELATO DA OCUPAÇÃO SÃO JOÃO EM TRÊS LAGOAS-MS. Revista **Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 40, p. 64-96, 12 fev. 2025.

BOCATO, Lucas Alexandre de Moura. **Produção do espaço na cidade, políticas públicas de habitação social e a luta pelo direito à moradia em Três Lagoas (MS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2023.

BOLAFFI, Gabriel. O problema e o falso problema. In: MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil**. São Paulo: MFA-Ômega, 1982

BONDUKI, Nabil Georges. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, v. 22, n. maio/ju 2009, p. 8-14, 2009. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. **Revista eletrônica E-Metrópolis**. Ano 5, n. 19, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil -2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 158 p. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/14.05_Relatorio-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-versao-2.0_compressed.pdf>. Acesso em: 16 abril 2023.

GOMES, Camila; MORAES, Isabela. Inciso XXIII – **Função social da propriedade: “A propriedade atenderá a sua função social”**. Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/artigo-quinto/funcao-social-da-propriedade/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Gerson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JPNEWS. **Mais de 400 estrangeiros desembarcam em Três Lagoas em busca de 'nova vida**. JPNEWS, 2022. Disponível em: <https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/mais-de-400-estrangeiros-desembarcam-em-tres-lagoas-em-busca-de/159637/> Acesso em: 23 de jun. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOVIMENTO LUTA POPULAR; BOCATO, Lucas Alexandre de Moura; FERRINI, Yasmim Camila; DE OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto; GRADELLA, Frederico dos Santos. **Plano popular urbanístico Ocupação São João**. Três Lagoas-MS, 2021.

TRÊS LAGOAS. **Plano Diretor**. Prefeitura Municipal de Três Lagoas-MS, 2006.

TRÊS LAGOAS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Prefeitura Municipal de Três Lagoas-MS, 2024.

TRÊS LAGOAS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Prefeitura Municipal de Três Lagoas-MS, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Boitempo Editorial, 2017.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

Submetido em: 24 de julho de 2025.

Aceito em: 27 de janeiro de 2026.

Publicado em: 14 de abril de 2026.

171